

## CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2026

# 302 – Contador

Transcreva a frase a seguir no espaço destinado na Folha de Respostas: **“O sol é para todos, mas a sombra é para poucos.”**

### INSTRUÇÕES GERAIS

- 1) O candidato receberá do fiscal:
  - a) Um caderno de questões contendo as questões objetivas de múltipla escolha.
  - b) Uma folha de respostas personalizada para a Prova Objetiva.
- 2) Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no caderno de questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Caso contrário, solicite ao fiscal um outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- 3) O tempo de realização da prova, o tempo mínimo de permanência em sala, assim como o tempo mínimo necessário requerido para o candidato levar o caderno de questões, **caso seja permitido**, estão previstos no Edital de Abertura do certame.

### ATENÇÃO

- Verifique se seus dados estão corretos na folha de respostas; caso não estejam, informe ao fiscal imediatamente.
- Assinale a alternativa que julgar correta para cada questão na folha de respostas, usando caneta esferográfica de tinta preta ou azul. Para cada questão, existe apenas **1 (uma) resposta certa** – mais de uma letra assinalada implicará a anulação da questão.
- Para responder cada questão, é necessário interpretá-la de forma correta e precisa, o que exige atenção e capacidade de abstração por parte do candidato, que deve estar ciente de que existe apenas **UMA** alternativa a ser assinalada.
- Qualquer rasura no preenchimento anulará a questão. Portanto, a folha de respostas **NÃO** pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- O Gabarito do Candidato deve ser destacado da capa, portanto, **marque seu tipo de prova** para posterior correção.
- O modo correto de assinalar a alternativa é cobrindo, fortemente, o espaço a ela correspondente, conforme modelo abaixo.

Exemplo:

- Conforme disposto no edital do certame, o candidato que se recusar a ser fotografado será eliminado do certame, posto que não será possível confirmar sua identidade.

### GABARITO DO CANDIDATO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34

### MARQUE SEU TIPO DE PROVA

- PROVA A   
PROVA B   
PROVA C



## LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o excerto abaixo para responder às questões de 1 a 3.

### A função administrativa é exercida preponderantemente pelo poder executivo

O Estado é composto de Poderes, segmentos estruturais em que se divide o poder geral e abstrato decorrente de sua soberania. “O art. 2º da Constituição Federal enunciou o princípio da Tripartição de Poderes nos seguintes termos: “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário” (Mazza, 2021, p. 173).

Os Poderes de Estado, como estruturas internas destinadas a execução de certas funções, foram concebidos por Montesquieu em sua clássica obra (Montesquieu, 1979), pregando que entre eles deveria haver necessário equilíbrio, de forma a ser evitada a supremacia de qualquer deles sobre outro (Carvalho Filho, 2019).

A cada um dos Poderes de Estado foi atribuída determinada função precípua. Assim, como principal tarefa, cabe ao Poder Legislativo o caráter normativo (ou legislativo); ao Executivo, a função administrativa; e, ao Judiciário, a função jurisdicional (Carvalho Filho, 2019, p. 77).

Todavia, inexistente o exclusivo no efetuar, pelos Poderes, das suas funções. Existe predomínio. Os detalhes que definem as colocações desempenhadas pelos Poderes de viés político e consideram na Constituição. Além disso, nessa direção pode se alcançar a harmonia e a independência em meio a eles: se, de uma direção, têm sua estrutura adequada, não se inferiorizando a nenhum diverso, precisam focar, também, as finalidades desenhadas na Constituição (Carvalho Filho, 2019).

Por essa razão é que os Poderes estatais, embora tenham suas funções principais (típicas), desempenham também funções que materialmente deveriam pertencer a Poder diverso (funções atípicas), sempre, é óbvio, que a Constituição o autorize (Carvalho Filho, 2019).

O Poder Judiciário, além da função jurisdicional, perpetra atos no exercício de função normativa, igualmente na preparação dos regimentos internos dos Tribunais (Carvalho Filho, 2019).

Definir a função típica do Poder Executivo já não é algo tão intuitivo como nos casos anteriores. A função típica do Poder Executivo é a função administrativa, consistente na defesa concreta do interesse público (Maza, 2019).

A função administrativa foi definida por Seabra Fagundes como aquela consistente em “aplicar a lei de ofício”. Todavia, as funções jurisdicional e administrativa detêm uma diferença fundamental: enquanto o Judiciário depende de provocação para

que possa julgar aplicando a lei ao caso concreto, o Poder Executivo “aplica de ofício a lei”, sem necessidade de provocação. Vale dizer, o Poder Executivo é dinâmico, pois sua atividade de aplicação da lei é desempenhada de ofício, como narra Maza (2019, p. 108).

Neste contexto, o elemento nuclear da função típica do Poder Executivo é o juízo de conveniência e oportunidade feito sempre que se tornar necessária a tomada de decisão a respeito do melhor caminho para defesa do interesse público. Em outras palavras, o núcleo da função típica do Poder Executivo é a análise do mérito dos atos discricionários, que é o juízo de conveniência e oportunidade quanto à sua prática (Maza, 2019, p. 110).

Para Meirelles (2002), o mérito é a margem de liberdade existente nos requisitos do Motivo e do Objeto. Entretanto, os Poderes não são somente independentes, mas também harmônicos. Por isso, além de sua função típica (garantia de independência), cada Poder exerce também, em caráter excepcional, atividades próprias de outro Poder, denominadas funções atípicas (garantia de harmonia), como afirma Maza (2019, p. 111).

As funções atípicas consistem no exercício de uma função prevista constitucionalmente para determinado Poder. Contudo, fora das suas atribuições típicas, sem que isso implique em violação ao princípio da tripartição e separação dos poderes, mas apenas a um temperamento destes (Maza, 2019).

MORILLAS, Juan Pablo Moraes. *Et al.* Funções administrativas e as tendências do direito administrativo no Brasil. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano. 07, Ed. 11, Vol. 10, pp. 05-17, novembro de 2022. Adaptado.

1. Analise o trecho abaixo, retirado do texto.

“A cada um dos Poderes de Estado foi atribuída determinada função **precípua**.”

Assinale a alternativa cuja substituição da palavra em destaque no trecho **NÃO** causou prejuízo semântico.

- (A) “A cada um dos Poderes de Estado foi atribuída determinada função complementar.”
- (B) “A cada um dos Poderes de Estado foi atribuída determinada função adicional.”
- (C) “A cada um dos Poderes de Estado foi atribuída determinada função essencial.”
- (D) “A cada um dos Poderes de Estado foi atribuída determinada função integrante.”
- (E) “A cada um dos Poderes de Estado foi atribuída determinada função supletiva.”

2. Considerando o texto e a doutrina nele citada, analise a afirmativa abaixo.

“A harmonia entre os Poderes da União é assegurada, entre outros fatores, pela porosidade funcional que permite o exercício de competências fora do núcleo precípua de cada órgão”.

A partir dessa premissa e da leitura do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A função jurisdicional diferencia-se da administrativa primordialmente pelo fato de que a primeira exige a provocação de terceiros para a aplicação da lei ao caso concreto, enquanto a segunda possui natureza dinâmica e iniciativa própria.
- (B) O princípio da Tripartição de Poderes, conforme concebido por Montesquieu, pressupõe a exclusividade absoluta de funções, sendo as funções atípicas uma distorção constitucional brasileira moderna que rompe o equilíbrio estatal.
- (C) A função típica do Poder Executivo é de caráter puramente mecânico, não cabendo ao administrador público juízo de valor sobre conveniência e oportunidade, uma vez que sua única atribuição é a aplicação estrita da lei de ofício.
- (D) A elaboração de regimentos internos pelos Tribunais é citada no texto como um exemplo de função atípica de natureza administrativa, uma vez que se destina à organização interna do Poder Judiciário.
- (E) Segundo o texto, a independência dos Poderes é garantida pelo exercício das funções atípicas, enquanto a harmonia é assegurada pela manutenção rígida das funções típicas (precípua) de cada um.

3. Assinale a alternativa cujo fragmento retirado do texto apresenta o uso correto da crase, conforme a norma-padrão da Língua Portuguesa.

- (A) “Montesquieu em sua clássica obra (Montesquieu, 1979), pregando que entre eles deveria haver necessário equilíbrio, de forma a ser evitada à supremacia de qualquer deles sobre outro (Carvalho Filho, 2019).”
- (B) “Neste contexto, o elemento nuclear da função típica do Poder Executivo é o juízo de conveniência e oportunidade feito sempre que se tornar necessária a tomada de decisão à respeito do melhor caminho para defesa do interesse público.”
- (C) “Contudo, fora das suas atribuições típicas, sem que isso implique em violação ao princípio da tripartição e separação dos poderes, mas apenas à um temperamento destes (Maza, 2019).”
- (D) “Os Poderes de Estado, como estruturas internas destinadas à execução de certas funções, foram concebidos por Montesquieu em sua clássica obra (Montesquieu, 1979) [...]”
- (E) “Por essa razão é que os Poderes estatais, embora tenham suas funções principais (típicas), desempenham também funções que materialmente deveriam pertencer à Poder diverso (funções atípicas), sempre, é óbvio, que a Constituição o autorize (Carvalho Filho, 2019).”

4. Considerando o contexto, assinale a alternativa que apresenta a correta grafia das palavras, conforme a norma-padrão da Língua Portuguesa.

- (A) “Defendeu a separação de poderes, a temporaridade dos mandatos e eleições livres pela comunidade.”
- (B) “À grande Revolução (francesa) coube o mérito de, tornando-a obrigação pública, ter separado a proteção social da esfera da comisseração particular.”
- (C) “Aconselha-se a flexibilização dos conceitos de ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa jugada, em atenção às fontes reais do direito.”
- (D) “O Estado democrático de direito deve exigir rigorosa reforma penal e penitenciária, afim de permitir a própria atuação do direito social.”
- (E) “A questão social, que gerou os direitos sociais, teve como causas principais o urbanismo e a exploração das classes trabalhadoras, exacerbadas pelas consequências da guerra de 1914-18.”

Analise o texto abaixo para responder às questões de 5 a 7.

“Há, no campo de direito privado, normas cuja observância oferece grande interesse para a coletividade, normas que, por isso, não podem ser afastadas ainda que estejam de acordo em não aplicá-las todos os indivíduos mais diretamente interessados. Assim, por exemplo, não é lícito obrigar-se num contrato de serviço por toda a vida, porque assim se anularia a liberdade individual, que o direito tutela contra a própria vontade do indivíduo, por considerações de interesse público.

Vice-versa, não seria lícito contratar matrimônio por dois anos, porque é considerado de interesse público que o matrimônio seja vínculo de natureza permanente.”

Costa, Dilvanir José da. Direito público e privado, ordem pública e direito social. **Revista de Informação Legislativa**. Ano 44, nº 175, jul./set. Brasília 2007. Adaptado.

5. Com base na leitura do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A vontade individual está acima das normas impostas pelo direito privado.
- (B) O interesse público cria regras que limitam as decisões das pessoas, ainda que contra a vontade do indivíduo.
- (C) Trata-se de uma escolha inteiramente pessoal o que será assinado em um contrato, seja de trabalho ou matrimonial.
- (D) Para respeitar a liberdade das pessoas, o direito privado não deve criar regras e normas que limitam sua vontade.
- (E) O matrimônio é um acordo de duas partes, isto é, apenas dos noivos, devendo estes definir o tempo que o casamento deve durar.

6. Os verbos em destaque no texto estão conjugados, respectivamente, no

- (A) pretérito perfeito do indicativo / futuro do indicativo / presente do subjuntivo.
- (B) imperativo afirmativo / futuro do pretérito do indicativo / imperativo afirmativo.
- (C) pretérito perfeito do indicativo / futuro do pretérito do indicativo / pretérito perfeito do indicativo.
- (D) presente do subjuntivo / futuro do pretérito do indicativo / presente do subjuntivo.
- (E) imperativo afirmativo / pretérito perfeito do indicativo / presente do indicativo.

7. Considerando a norma-padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa correta.

- (A) No trecho “Há, no campo de direito privado, normas cuja observância oferece grande interesse para a coletividade [...]”, há erro de pontuação. O correto seria “Há no campo de direito privado, normas cuja observância oferece grande interesse, para a coletividade [...]”.
- (B) No trecho “Vice-versa, não seria lícito contratar matrimônio por dois anos [...]”, há erro de ortografia. O correto seria “Vice versa, não seria lícito contratar matrimônio por dois anos [...]”.
- (C) No trecho “[...] não podem ser afastadas ainda que estejam de acordo em não aplicá-las todos os indivíduos mais diretamente interessados”, há erro de colocação pronominal. O correto seria “[...] não podem ser afastadas ainda que estejam de acordo em não as aplicar todos os indivíduos mais diretamente interessados”.
- (D) No trecho “[...] não é lícito obrigar-se num contrato de serviço por toda a vida, porque assim se anularia a liberdade individual [...]”, há erro ortográfico. O correto seria “[...] não é lícito obrigar-se em um contrato de serviço por toda a vida, por que assim se anularia a liberdade individual [...]”.
- (E) No trecho “[...] não podem ser afastadas ainda que estejam de acordo em não aplicá-las todos os indivíduos mais diretamente interessados [...]”, há um erro de regência nominal. O correto seria “[...] não podem ser afastadas ainda que estejam de acordo de não aplicá-las todos os indivíduos mais diretamente interessados [...]”.

8. Na sentença “O réu não sairá daqui **sem que** antes me confesses tudo”, a conjunção em destaque exprime:

- (A) concessão.
- (B) condição.
- (C) comparação.
- (D) finalidade.
- (E) causa.

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

9. No contexto da segurança da informação, a tentativa de enganar indivíduos para que revelem informações confidenciais é um exemplo clássico de

- (A) *Phishing*.
- (B) *Malware*.
- (C) DDos.
- (D) *Ransomware*.
- (E) *Man-in-the-Middle* (MitM).

10. Analise as proposições abaixo sobre o Microsoft Outlook.

- I. Pessoas com dificuldades de usar o teclado ou pessoas com deficiência (PCDs) podem utilizar o sistema Microsoft Dictate para escrever seus e-mails, acionando os comandos da plataforma com o auxílio de um microfone.
- II. O comando Shift + Enter é utilizado para criar uma nova mensagem ou um evento no calendário do Outlook.
- III. Para facilitar a organização dos e-mails, o Outlook utiliza pastas e regras de classificação. Ao definir certos critérios, o usuário permite que, no ato do recebimento, as mensagens sejam direcionadas automaticamente para a caixa de entrada ou para pastas personalizadas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

11. Para proteger os usuários e manter sua identidade, as informações e os aplicativos seguros, o Windows conta com uma série de recursos de segurança. Assinale a alternativa que apresenta um recurso que **NÃO** faz parte da segurança nativa do Windows 11.

- (A) Windows Hello.
- (B) *Bitdefender Total Security* Antivírus.
- (C) *Backup* do Windows.
- (D) Detector de presença.
- (E) Inicialização Segura (*Secure Boot*).

12. Quando vinculado a uma pessoa natural, considera-se um dado pessoal sensível, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018:

- (A) opinião política.
- (B) data de nascimento.
- (C) nome completo.
- (D) CPF.
- (E) endereço de e-mail.

13. Ao inserir uma imagem em um documento com texto do Word 2016, Ana percebeu que o posicionamento da imagem e do texto não estava alinhado corretamente. Para resolver esse problema, Ana deve utilizar o seguinte recurso:

- (A) margens.
- (B) *layout* de impressão.
- (C) pincel de formatação.
- (D) quebra de página.
- (E) quebra de texto automática.

14. Para facilitar a automação de tarefas repetitivas no Microsoft Excel 2016, o usuário pode utilizar o recurso de gravação de macros. Analise as proposições abaixo sobre a ferramenta Macro, marcando V para as verdadeiras e F para as falsas e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ( ) Uma macro é uma ação ou um conjunto de ações que pode ser executada por determinado número de vezes.
- ( ) Depois de criar uma macro, é possível editá-la, fazendo pequenas alterações para ajustar seu funcionamento.
- ( ) As ferramentas Macro e VBA (*Visual Basic for Applications*) podem ser encontradas na guia "Desenvolvedor", que fica oculta por padrão — isso significa que é preciso habilitá-la.

- (A) V / V / V
- (B) F / F / V
- (C) F / V / V
- (D) V / F / V
- (E) F / V / F

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

15. No que diz respeito ao regime constitucional e legal do empréstimo compulsório, e considerando as normas gerais do Direito Tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) A competência para instituir o empréstimo compulsório é partilhada entre a União, os Estados e o Distrito Federal, desde que ocorra situação de calamidade pública.
- (B) A validade da instituição dessa espécie tributária pressupõe a adoção de lei ordinária, observados os requisitos de urgência e interesse nacional.
- (C) A natureza jurídica do empréstimo compulsório é determinada pela necessária vinculação da hipótese de incidência a uma atividade estatal específica, tal qual ocorre com as taxas.
- (D) A aplicação dos valores arrecadados deve estar obrigatoriamente vinculada à despesa que motivou a criação do tributo, exigindo-se ainda a restituibilidade do montante pago.
- (E) O fato gerador do empréstimo compulsório deve recair sobre situação estranha à competência tributária da União, visando evitar a bitributação com os impostos federais já existentes.

16. Determinado Município encerrou o exercício financeiro apresentando um Resultado Financeiro do Exercício positivo de R\$ 2.000.000,00, conforme apurado em seu Balanço Financeiro. No relatório de gestão, o contador destacou que esse valor foi influenciado por novos empréstimos bancários tomados para o financiamento de obras de infraestrutura. Paralelamente, o Prefeito Municipal solicitou a utilização desse valor para a abertura de créditos suplementares, alegando que o montante representa o Superávit Financeiro disponível. Com base nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) O Balanço Financeiro é o instrumento técnico adequado para a apuração do Superávit Financeiro disponível para a abertura de créditos adicionais, visto que sua finalidade é consolidar a saúde patrimonial do ente.
- (B) A estrutura do Balanço Financeiro pressupõe a utilização de todas as contas de natureza patrimonial que possuem o Indicador de Superávit Financeiro (ISF), uma vez que esse indicador foi criado como base material para a composição deste demonstrativo.
- (C) O resultado financeiro positivo evidenciado atua como um indicador de equilíbrio financeiro, contudo, sua interpretação deve ocorrer de forma conjunta com o Balanço Patrimonial, pois o incremento de caixa pode ser decorrente da elevação do endividamento público.
- (D) O quadro único do Balanço Financeiro demonstra a execução da receita e da despesa por fonte de recurso, prevendo a obrigatoriedade de retirar do fluxo as movimentações vinculadas ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).
- (E) O cálculo do Resultado Financeiro do Exercício, quando efetuado por meio do confronto entre saldos de diferentes períodos, é obtido através da soma aritmética entre o saldo financeiro do exercício anterior e o saldo para o exercício seguinte.

17. A auditoria operacional atua como um instrumento de controle e aperfeiçoamento das atividades organizacionais. Com base nos seus objetivos e nas suas metodologias, assinale a alternativa correta.

- (A) O escopo da auditoria operacional é voltado à análise dos setores públicos, sendo a aplicação desse modelo de revisão metódica em segmentos do setor privado uma prática dissociada de sua finalidade.
- (B) A auditoria operacional visa analisar os planos e as diretrizes da empresa, mensurando se a gestão das operações apresenta consistência com as metas e os planos que foram aprovados.
- (C) A função do auditor operacional deve ser exercida de forma isolada, evitando-se a visão sistêmica e a preocupação com a análise de riscos para garantir a neutralidade do exame.
- (D) A auditoria operacional tem como resultado esperado a manutenção dos controles internos atuais, evitando a proposição de soluções alternativas para impedir alterações no desempenho das operações.
- (E) O objetivo fundamental da auditoria operacional é substituir a administração na tomada de decisões, retirando dos gestores a responsabilidade pelo desempenho das funções organizacionais.

18. Durante a elaboração do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA), a Secretaria de Planejamento de um determinado Estado da Federação propôs as seguintes medidas: (I) a exclusão das despesas de uma fundação pública estadual de saúde do corpo principal da LOA, sob o argumento de que tal entidade possui autonomia financeira e deve ter orçamento próprio; (II) a previsão de receitas de impostos já líquidas das deduções referentes às transferências constitucionais aos municípios; e (III) a inclusão de uma cláusula autorizando o Poder Executivo a realizar a contratação de operações de crédito por antecipação de receita. Considerando os Princípios Orçamentários, assinale a alternativa correta.
- (A) A inclusão de autorização para a contratação de operações de crédito na LOA é compatível com o ordenamento jurídico, representando uma exceção ao princípio da exclusividade prevista no texto constitucional.
- (B) A proposta de excluir as despesas da fundação pública estadual do documento da LOA encontra amparo no princípio da unidade, que faculta ao gestor a criação de múltiplos orçamentos paralelos para fundos e fundações.
- (C) O registro de receitas de impostos pelos seus valores líquidos, após as deduções legais, é uma prática recomendada pelo princípio do orçamento bruto, visando conferir maior transparência ao montante real que permanecerá no tesouro estadual.
- (D) O princípio da não vinculação da receita de impostos estabelece uma vedação absoluta, impedindo que o Estado ofereça suas receitas tributárias como garantia ou contragarantia em operações de débito com a União.
- (E) O exercício financeiro, para fins de aplicação do princípio da anualidade, guarda relação com o ciclo de vida dos projetos de investimento, podendo ter sua duração estendida para além do dia 31 de dezembro em casos de calamidade pública.
19. Durante o planejamento da auditoria de uma indústria que apresenta transações complexas com partes relacionadas e opera em um ambiente de alta inflação, o contador responsável deve estabelecer a estratégia inicial de trabalho. Com base nas normas de planejamento, assinale a alternativa que apresenta qual deve ser a prioridade desse profissional para determinar a extensão dos procedimentos de auditoria.
- (A) Desconsiderar a legislação própria do setor de atividade e o nível de competência da administração no levantamento preliminar dos riscos de auditoria.
- (B) Alocar profissionais com menor nível de experiência para a análise das transações complexas com o objetivo de reduzir custos operacionais.
- (C) Iniciar os testes detalhados das contas do balanço patrimonial antes de avaliar o impacto do nível geral da atividade econômica e da inflação.
- (D) Aplicar a técnica de rotação de ênfase com a finalidade de reestruturar os manuais operacionais e os controles gerenciais das unidades auditadas.
- (E) Realizar o exame do controle interno e a revisão analítica para definir a natureza e a data dos testes detalhados das contas.
20. Uma Prefeitura, ao realizar o encerramento do primeiro trimestre, deparou-se com três eventos distintos: (1) a aprovação definitiva do quadro de detalhamento da despesa para o exercício; (2) o recebimento de uma doação de veículos de uma autarquia federal; e (3) a assinatura de um contrato de prestação de serviços de limpeza, cujo objeto poderá gerar obrigações futuras para o ente. Considerando a metodologia de segregação das contas contábeis e as classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), assinale a alternativa correta.
- (A) O registro da aprovação do planejamento e do orçamento municipal, decorrente do primeiro evento, deve ser processado por meio de contas pertencentes à Natureza de Informação de Controle, especificamente nas classes 7 e 8.
- (B) O recebimento dos veículos por doação caracteriza um fato que impacta a composição do patrimônio público, devendo sua evidenciação ocorrer mediante a utilização de contas integradas à Natureza de Informação Patrimonial (classes 1 a 4).
- (C) Os atos de gestão que possuem funções de controle, como a assinatura do contrato mencionado no terceiro evento, devem ser registrados na Natureza de Informação Orçamentária, visto que impactam a execução da despesa fixada na Lei Orçamentária Anual (LOA).
- (D) A metodologia do PCASP estabelece que a Natureza de Informação Patrimonial é a responsável por registrar e processar os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária do município.
- (E) As classes 5 e 6 do PCASP são destinadas ao registro de informações de natureza financeira e não financeira relacionadas com as variações qualitativas do patrimônio, facilitando a análise organizada dos dados.
21. O Secretário de Planejamento de um determinado Município estuda a contratação de recursos externos para viabilizar projetos e demandas da administração. Para orientar o registro contábil e a escolha da modalidade mais adequada, a equipe técnica apresentou as características de diferentes operações de crédito. Considerando as definições e distinções apresentadas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 11ª Edição, assinale a alternativa que descreve corretamente as características de uma dessas operações.
- (A) O empréstimo caracteriza-se por exigir a indicação de uma finalidade específica para o valor liberado no contrato bancário, embora apresente juros mais altos que o financiamento.
- (B) O financiamento para aquisição de bens costuma apresentar juros menores em relação ao empréstimo, visto que o próprio bem objeto do contrato serve como garantia da operação.
- (C) O arrendamento mercantil operacional é a modalidade que transfere os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo ao ente público arrendatário durante a vigência do contrato.
- (D) A aquisição financiada de bens caracteriza-se pelo ingresso de recursos financeiros nos cofres da entidade pública para que esta efetue o pagamento direto ao fornecedor.
- (E) No contrato de mútuo financeiro, o domínio da coisa emprestada permanece com o mutuante, ficando sob responsabilidade do banco todos os riscos a ela associados até a devolução.

22. O Município "XYZ" encontra-se no último ano do mandato do atual Prefeito. Em 15 de novembro, a administração empenhou uma despesa para a aquisição de equipamentos hospitalares. Até o dia 31 de dezembro, os equipamentos foram entregues pelo fornecedor, porém a comissão técnica ainda realizava a conferência da conformidade dos itens, de modo que o estágio da liquidação não foi formalizado no sistema contábil até o encerramento do exercício. Diante dessa situação e das normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a alternativa correta.
- (A) A despesa mencionada deve ser inscrita como Restos a Pagar Processados, uma vez que a entrega do material pelo credor caracteriza o adimplemento da obrigação de fazer.
- (B) A inscrição dessa despesa em Restos a Pagar deve observar a existência de disponibilidade de caixa, visando prevenir riscos e corrigir desvios que afetem o equilíbrio das contas públicas, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (C) O gestor público possui a prerrogativa de efetuar o cancelamento discricionário de Restos a Pagar Processados ao final do exercício, visto que a obrigação de pagar ainda não foi extinta.
- (D) O registro do passivo financeiro correspondente a essa despesa no encerramento do exercício é dispensável, sob o argumento de que a liquidação formal é a única condição para o reconhecimento de obrigações patrimoniais.
- (E) A continuidade da execução dessas despesas no próximo exercício financeiro prescinde de controle em contas de natureza de informação orçamentária, devendo ser registrada na natureza de informação de controle.
23. Um contador responsável pela área de transparência e dados abertos de uma autarquia federal está coordenando a migração dos balancetes e relatórios de gestão para o novo Portal de Governo Digital do ente. Durante a estruturação dos dados e dos fluxos de atendimento ao cidadão, a equipe técnica levanta dúvidas sobre a compatibilidade das ações com as diretrizes legais vigentes. Considerando os princípios e as definições da Lei do Governo Digital (Lei nº 14.129/2021), assinale a alternativa que descreve uma conduta em conformidade com a norma.
- (A) A migração para o ambiente digital autoriza a administração a promover a desativação total das unidades de atendimento físico para todos os tipos de serviços e perfis de usuários.
- (B) A transparência ativa é configurada quando a autarquia disponibiliza relatórios de custos motivada por uma solicitação específica enviada pelo cidadão via serviço de informação.
- (C) A disponibilização de informações financeiras em formato aberto pressupõe o uso de arquivos de formato proprietário para assegurar a autenticidade e evitar a manipulação por terceiros.
- (D) O compartilhamento de dados entre órgãos para a prestação de serviços públicos deve ocorrer em ambiente seguro e com observância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- (E) A prestação de contas sobre a gestão de recursos públicos deve ser realizada aos órgãos de controle interno e externo, ficando o gestor dispensado de realizá-la de forma direta aos cidadãos.
24. Determinado Município adquiriu, em conjunto, um terreno e um edifício para a instalação de uma nova unidade de pronto atendimento (UPA). Após a inauguração, a Secretaria de Finanças realizou o levantamento dos bens para fins de controle patrimonial e depreciação. No mesmo período, a prefeitura adquiriu uma frota de veículos, destinando parte para serviços administrativos e parte para rondas da guarda municipal, além de um equipamento de diagnóstico por imagem de alta complexidade. Considerando as normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público sobre depreciação, assinale a alternativa correta.
- (A) A prefeitura deve suspender a apropriação da despesa de depreciação de uma das ambulâncias da frota caso o veículo fique ocioso por determinado período, ou seja, retirado de circulação para manutenções corretivas.
- (B) O método de unidades produzidas, quando adotado para o maquinário médico, resulta em uma variação patrimonial diminutiva constante ao longo dos exercícios, refletindo o declínio do potencial de serviços por obsolescência tecnológica.
- (C) A administração deve aplicar uma taxa de depreciação idêntica para todos os veículos adquiridos na mesma data, desconsiderando as distinções entre o uso em rondas ostensivas e o uso em serviços burocráticos.
- (D) O início da contagem do prazo de vida útil do equipamento de diagnóstico por imagem deve ocorrer no primeiro dia do mês subsequente à sua instalação física na unidade de saúde.
- (E) O reconhecimento da depreciação do prédio da unidade de saúde deve ser realizado de forma separada do terreno onde está construído, de modo que o aumento de valor do solo no qual o edifício esteja erguido não afete a determinação do montante depreciável da construção.
25. Ao realizar o encerramento do terceiro trimestre, um contador municipal identifica que a dotação destinada ao pagamento de pessoal de uma determinada secretaria é insuficiente para honrar os compromissos de dezembro. Ao mesmo tempo, a administração decide iniciar um projeto de pavimentação para o qual não existe nenhuma previsão ou dotação na Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente. Com base nas normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público sobre Créditos Adicionais, assinale a alternativa correta.
- (A) O reforço da dotação de pessoal deve ser realizado mediante a abertura de crédito especial, visto que se trata de despesa já computada na lei orçamentária, mas com saldo insuficiente.
- (B) Caso os créditos especiais destinados ao projeto de pavimentação sejam abertos no mês de agosto, seus saldos remanescentes poderão ser reabertos e ter a vigência prorrogada para o exercício seguinte.
- (C) O Superávit Financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior é considerado fonte hábil para a abertura de créditos suplementares e especiais.
- (D) A transferência de recursos entre categorias econômicas de despesa, dentro do mesmo órgão e programa de trabalho, é classificada pela norma como uma espécie de crédito adicional suplementar.
- (E) Os créditos extraordinários e especiais, após sua abertura, incorporam-se integralmente às dotações do orçamento original, devendo a execução da despesa ser demonstrada de forma conjunta.

26. Pedro, contador de uma autarquia municipal, está finalizando a elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) referente ao exercício de 2025. Durante o processo, ele identifica as seguintes operações realizadas pela entidade:

1. Recebimento de dividendos decorrentes de participações societárias.
2. Amortização do principal de um empréstimo bancário contraído anteriormente.
3. Aquisição de um veículo para o imobilizado, realizada mediante a assunção direta do passivo com o fornecedor (financiamento direto), sem desembolso inicial.
4. Ganho não realizado decorrente de variação cambial positiva sobre o saldo de uma conta bancária em moeda estrangeira.

Com base nas normas do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 11ª Edição, assinale a alternativa que descreve o tratamento correto a ser dado por Pedro na elaboração da referida demonstração.

- (A) A aquisição do veículo deve ser registrada no fluxo de atividades de investimento, pelo valor total do bem, para evidenciar a alteração na estrutura de ativos da entidade.
- (B) Os ganhos não realizados resultantes de mudanças nas taxas de câmbio devem ser classificados como ingressos no fluxo das atividades operacionais para fins de conciliação.
- (C) A autarquia pode optar livremente entre o método direto ou o método indireto para a apresentação das atividades operacionais, desde que mantenha a consistência nos exercícios seguintes.
- (D) A amortização do principal do empréstimo bancário deve ser classificada no fluxo das atividades operacionais, visto que se trata de uma saída de caixa para honrar compromissos da entidade.
- (E) O recebimento de dividendos deve ser classificado como fluxo das atividades de investimento, seguindo a recomendação de padronização para a consolidação das contas públicas.

27. O Balanço Orçamentário é composto por:

- I. Quadro Principal.
- II. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados.
- III. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

28. O Município “Alfa”, visando fomentar a instalação de novas empresas em seu território e reduzir a carga tributária dos cidadãos, decidiu, por ato administrativo, não realizar a cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) no presente exercício, além de não ter instituído a Taxa de Coleta de Lixo, embora ambas as competências estejam previstas na Constituição Federal para o ente municipal. O Prefeito, diante de uma crise financeira, solicita ao Governo Federal a celebração de um convênio para o recebimento de uma transferência voluntária destinada a obras de saneamento. Com base nas disposições do Art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), assinale a alternativa que descreve a situação da municipalidade.

- (A) O Município cumpre os requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal ao focar na atração de investimentos, o que permite o recebimento regular de transferências voluntárias pela União.
- (B) A realização de transferências voluntárias para o Município fica vedada em razão da não observância do dever de instituição, previsão e efetiva arrecadação no que se refere aos impostos de sua competência.
- (C) O impedimento legal para o recebimento de recursos externos restringe-se às transferências constitucionais e obrigatórias, não afetando a celebração de convênios para transferências voluntárias.
- (D) A responsabilidade na gestão fiscal, neste caso, exige a comprovação da previsão orçamentária dos tributos, sendo a efetiva arrecadação um elemento secundário que não gera sanções ao ente.
- (E) A vedação de recebimento de transferências voluntárias é aplicada quando o ente deixa de arrecadar taxas e contribuições de melhoria, não havendo sanção prevista para a negligência na arrecadação de impostos.

29. No planejamento da extensão dos testes ou na definição do critério de escolha dos elementos para análise, o auditor pode recorrer à amostragem. A técnica estatística utiliza métodos científicos para que as inferências obtidas da amostra sejam projetadas para a totalidade do universo sob a ótica da probabilidade matemática. A aplicação desse tipo de amostragem é recomendada quando:

- (A) o critério de escolha dos elementos fundamenta-se na experiência subjetiva e no discernimento técnico do profissional de auditoria.
- (B) a dimensão do universo de dados possibilita o exame integral de cada um dos componentes da população em tempo hábil.
- (C) os itens da população apresentam características homogêneas.
- (D) o planejamento do teste prioriza a verificação de transações com valores elevados ou que apresentem indícios de irregularidades.
- (E) a abordagem técnica visa uma análise qualitativa das evidências, preterindo a mensuração matemática da margem de erro.

30. A Secretaria Municipal de Saúde pretende implementar um sistema de gerenciamento de custos para avaliar a eficiência das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). O contador responsável pela modelagem precisa classificar os diversos gastos e definir os critérios de atribuição para que a informação gerada seja útil à governança e à avaliação de desempenho, permitindo inclusive a comparação entre diferentes unidades. Com base nas disposições da Norma Brasileira de Contabilidade (NBC-TSP 34/2021), assinale a alternativa que descreve o procedimento correto a ser adotado pelo contador.
- (A) O reconhecimento dos custos das UPAs no período deve seguir o momento do consumo dos recursos, sendo que os gastos com depreciação de equipamentos médicos e apropriação de 13º salário dos servidores são considerados custos por advirem de execução não orçamentária.
  - (B) Os custos relativos às atividades de vigilância e higienização das unidades de saúde devem ser classificados como custos finalísticos, visto que estão diretamente relacionados ao cumprimento da missão institucional de oferecer atendimento médico.
  - (C) Para que seja possível realizar uma análise comparativa fidedigna entre o custo de um atendimento médico na UPA da zona norte e na UPA da zona sul, o contador deve adotar obrigatoriamente o método de custeio variável.
  - (D) Na hierarquia de atribuição de custos aos atendimentos realizados, o contador deve priorizar a alocação dos custos indiretos mediante bases de rateio consistentes, para posterior identificação e apropriação dos custos diretos.
  - (E) Os recursos consumidos por uma UPA que não geram desembolso para a Secretaria de Saúde, como a atuação de profissionais cedidos por outro ente federativo, devem ser excluídos da apuração para não distorcer o custo real da unidade.
31. Um contador de uma Secretaria de Fazenda Estadual está finalizando a documentação de auditoria relativa ao ciclo de pagamentos de fornecedores. Ao revisar os papéis de trabalho, o controlador geral observa que as planilhas contêm um volume excessivo de dados desconexos e rasuras que dificultam a leitura dos montantes liquidados. Além disso, a ordem das folhas de teste não segue o fluxo da despesa pública (empenho, liquidação e pagamento), tornando o propósito do exame confuso para o revisor. Com base nos requisitos de elaboração dos papéis de trabalho, assinale a alternativa correta.
- (A) O requisito da lógica exige que o contador organize os papéis de trabalho seguindo uma sequência natural de raciocínio que leve ao alcance do objetivo atingido.
  - (B) O requisito da concisão é atendido quando o documento de auditoria apresenta uma estrutura que torna indispensável o fornecimento de explicações adicionais por parte de quem o elaborou.
  - (C) A objetividade nos papéis de trabalho permite que o auditor foque na descrição exaustiva de processos secundários, ainda que isso impeça a compreensão de onde o profissional pretende chegar.
  - (D) O critério da limpeza admite a existência de borrões ou anotações sobrepostas, desde que o contador considere que tais marcas deixam de prejudicar o entendimento do conteúdo registrado.
  - (E) Os papéis de trabalho devem atender à subjetividade, de forma que se entenda aonde o auditor pretende chegar.
32. Durante o processo de encerramento do exercício financeiro de uma Prefeitura, a equipe de contabilidade precisa consolidar as contas do ente e classificar os elementos patrimoniais no Balanço Patrimonial. O contador responsável depara-se com ativos de imobilizado mensurados por critérios distintos e obrigações financeiras cujo refinanciamento não depende de ato unilateral do município. Com base nas normas estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 11ª Edição, e na Norma Brasileira de Contabilidade (NBC-TSP 34/2021), assinale a alternativa correta quanto aos procedimentos de análise e registro desses fatos.
- (A) O processo de consolidação das contas no âmbito do ente federado requer a manutenção dos saldos das contas intragovernamentais para que a visão patrimonial preserve a integridade dos registros realizados entre as secretarias municipais.
  - (B) A estrutura do Balanço Patrimonial adota a apresentação baseada na liquidez como modelo prioritário de divulgação, ficando a segregação entre itens circulantes e não circulantes restrita aos casos em que a informação fornecida seja considerada mais relevante.
  - (C) Itens como impostos a receber, multas e estoques, que são realizados no decurso do ciclo operacional normal da entidade, integram o ativo circulante, ainda que a expectativa de realização ocorra após o período de 12 (doze) meses da data das demonstrações contábeis.
  - (D) O potencial de refinanciamento de uma dívida municipal é considerado suficiente para fundamentar sua classificação como passivo não circulante nos casos em que a renovação do acordo depende de aceitação futura por parte da instituição financeira credora.
  - (E) A utilização de critérios de mensuração similares para classes distintas de ativos implica a necessidade de apresentação em contas separadas, visando ao fornecimento de informação relevante sobre a função dos bens na estrutura da entidade.

33. O Prefeito de um Município, visando fomentar o desenvolvimento tecnológico local, submete ao Departamento de Contabilidade um projeto de lei que concede isenção de Imposto Sobre Serviços (ISS), em caráter não geral, para empresas de *software* que se instalarem no município a partir do próximo ano. Como contador municipal responsável pelo parecer técnico, você deve avaliar a conformidade da proposta com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº 101/2000. Com base nas disposições do Art. 14 da LRF, assinale a alternativa que apresenta o procedimento correto para a validade dessa concessão.

- (A) O projeto de lei deve apresentar a estimativa do impacto orçamentário-financeiro referente ao exercício em que deva iniciar sua vigência, sendo a análise dos exercícios futuros facultada ao Poder Legislativo no momento da aprovação.
- (B) A medida pode entrar em vigor imediatamente após a publicação da lei de concessão, ficando a implementação das medidas de compensação, como a elevação de alíquotas de outros tributos, postergada para o encerramento do exercício financeiro seguinte.
- (C) A concessão de isenção em caráter não geral é classificada como renúncia de receita, exigindo a demonstração pelo proponente de que tal medida foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- (D) O contador pode dispensar a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e as medidas de compensação caso a renúncia de receita envolva a alteração da alíquota do ISS, visto que esse tributo se enquadra nas exceções constitucionais previstas na LRF.
- (E) A isenção proposta, por ser de natureza tributária, exige que o ato esteja acompanhado de medidas de compensação por meio do aumento de receita, sendo que a demonstração de que a renúncia não afetará as metas de resultados fiscais é um requisito aplicável aos impostos federais.

34. Durante uma auditoria interna na Secretaria de Fazenda, o contador municipal identifica que diversas Certidões de Dívida Ativa (CDA) foram emitidas com erro na indicação do fundamento legal (origem e natureza do crédito). O setor jurídico da prefeitura questiona o departamento de contabilidade sobre as implicações desses erros e a possibilidade de correção antes que os processos de execução fiscal avancem no Poder Judiciário. Com base nas normas do Código Tributário Nacional (CTN), assinale a alternativa que descreve corretamente o tratamento jurídico e contábil a ser aplicado.

- (A) A constituição da dívida ativa tributária ocorre de forma automática logo após o fato gerador, independentemente de haver prazo para pagamento estabelecido em lei ou a existência de decisão final em processo administrativo regular.
- (B) A fluidez dos juros de mora sobre os créditos inscritos em dívida ativa impede a caracterização da liquidez do título, tornando necessária a suspensão da correção monetária para que o crédito seja considerado regularmente constituído.
- (C) O termo de inscrição da dívida ativa goza de presunção de certeza e liquidez de natureza absoluta, o que impede o sujeito passivo de apresentar provas em sentido contrário após a lavratura da certidão pela autoridade competente.
- (D) A validade do termo de inscrição da dívida ativa depende da indicação do nome do devedor e do valor devido, sendo a menção ao número do processo administrativo e à fundamentação legal do tributo requisitos facultativos para a repartição administrativa.
- (E) A constatação de erro no termo de inscrição gera a nulidade do processo de cobrança, sendo permitido ao fisco sanar o vício mediante a substituição da certidão até que ocorra a decisão de primeira instância, com a devolução do prazo de defesa ao interessado quanto ao trecho alterado.